

O SINTEGO E A SME/GOIÂNIA PREPARAM MUDANÇAS NO ESTATUTO E NO PLANO DE CARREIRA DOS PROFESSORES

Em conjunto, e quase em silêncio, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) e a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Goiânia (SME), preparam os textos que propõem mudanças no Estatuto e no Plano de Carreira dos Professores. Esses documentos, que estão sendo confeccionados às pressas por uma Comissão, deverão ser enviados ainda este mês pelo Executivo Municipal à Câmara dos Vereadores. É provável que ao retornarem das férias, em agosto, os professores encontrem esses documentos aprovados, com os seus remendos.

É consenso entre os educadores, que o Estatuto e o Plano em vigor desde junho de 2000, precisam de reformas. Essa necessidade de reformulação visa atender as reivindicações históricas da classe, não contempladas no momento da aprovação desses documentos, e também as novas demandas surgidas posteriormente. Um exemplo de pleito antigo é a gratificação de regência para o coordenador de turno; de questionamento novo, a garantia do horário de planejamento das aulas e dos projetos pedagógicos, na escola, pelo professor.

A iniciativa do SINTEGO de empreender essa negociação com a SME é legítima, necessária, e vem em boa hora. Questiona-se, no entanto, a estratégia escolhida para a discussão e o levantamento dos pontos que deverão ser mudados. Em vez de provocar, promover e dirigir um amplo debate com os professores a partir das escolas, em busca de subsídios para o projeto, o SINTEGO organiza reuniões esvaziadas e insossas, sem que se siga um traçado coerente. Dessa forma, permite levantar suspeitas de que reúne apenas para gerar atas que justifiquem a necessidade legal de consulta à classe.

Particpei de uma dessas reuniões, no dia 03 de maio, no auditório da Câmara dos Vereadores, com apenas 30 pessoas de toda a Rede, aproximadamente. Na ocasião, questionou-se por que um assunto tão caro à categoria não é amplamente esclarecido, divulgado e debatido. Em resposta, foi-nos dito que as mudanças pretendidas já são bem conhecidas da categoria, pois fazem parte de suas reivindicações históricas, e não há muita coisa importante a acrescentar.

A partir dessas desconfianças, supõe-se que, embora a reforma dos documentos citados acima seja necessária, não alcançará a profundidade almejada pelos professores. Acredita-se, inclusive, que esteja sendo aplicado o mesmo modelo excludente utilizado na elaboração do recente Plano de Carreira dos Servidores Administrativos. Na ocasião, o SINTEGO e a SME fizeram ouvidos moucos a pleitos importantes desses servidores, e redigiram o texto da maneira que lhes pareceu mais conveniente. Com isso, aventa-se, entre os docentes, que as alterações pontuais pretendidas agora nos textos, possam ter o objetivo de servir mais como instrumento de propaganda para o SINTEGO e a SME, do que de benefício justo para a categoria dos professores.

Isso porque, pelo visto, ficarão de fora, assuntos importantes como: a garantia do tempo do professor na escola para o planejamento das suas aulas, dos seus projetos escolares e também para o estudo e a leitura; a superlotação das salas de aula, principalmente aquelas destinadas à alfabetização, que prejudica o trabalho dos alfabetizadores; a realização de concurso público para o preenchimento do excessivo número de vagas ociosas; a defesa do Piso Nacional de Salário que é aceito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o de R\$ 1.935,00, e não os R\$ 1.450,00 pagos pela SME/Goiânia com o apoio do SINTEGO. Prova dessa omissão é o boletim enviado pelo sindicato às escolas considerando o Piso Salarial que é pago pela Prefeitura, como ideal e classificado como uma “conquista” da categoria.

É também motivo de reclamação a falta de Profissionais de Educação específicos e adequadamente treinados para atender os alunos com dificuldade de aprendizagem (reforço escolar), principalmente os que apresentam algum tipo de necessidade especial. O Ciclo foi concebido com a

figura desse professor, mas, por uma questão de economia, essa função foi extinta e a tarefa repartida entre os membros do quadro docente. Com isso, as chamadas “janelas” entre as aulas praticamente deixaram de existir visto que, além das atividades extraclasse, os professores têm que prestar 12 atendimentos individuais por mês para esses alunos. Além do mais, é reclamado o espaço adequado na escola para esse tipo de atendimento, porque essas aulas individuais são feitas, quase sempre, na movimentada sala dos professores ou em cantos improvisados, ao ar livre.

Para garantir a ocupação plena do professor “com o aluno”, algumas escolas chegam ao ponto de cear, veladamente, a leitura de jornais, livros, revistas e também a liberdade de se usar notebooks com acesso à internet, na sala dos professores. Essas escolas parecem esquecer que a leitura variada, a pesquisa livre e a atualização das informações sobre os acontecimentos no mundo, pelo professor, são também importantes para a formação geral dos alunos.

Outro assunto palpitante é a falta de estrutura nas escolas para a implantação de projetos como o “MAIS EDUCAÇÃO” do Governo Federal. A ideia de projetos como esse é boa porque visa ocupar o aluno no turno inverso, com atividades diferenciadas, complementares à sala de aula. O problema é que os espaços da escola são poucos e ocupados nas suas exatas medidas pelas atividades rotineiras. Assim, a partilha desses espaços (salas de aula, biblioteca, quadra de esportes e pátio) e dos materiais pedagógicos não é feita de maneira pacífica. Dessa forma, o projeto não cumpre com o seu objetivo e atrapalha em muito a rotina da escola.

Certamente há também outras demandas na Rede que poderiam se constituir em reivindicações formais. Porém, não se vê interesse do sindicato em se aproximar das escolas e dos professores para ouvi-los e muito menos, postar-se como porta voz deles em suas queixas. Por outro lado, causa estranhamento a nítida e irrestrita adesão discursiva do SINTEGO à política da SME em seus textos informativos e nos posicionamentos durante as reuniões. Na reunião que participei mesmo, ouvimos de representantes do sindicato afirmações como: nunca se fez tanto pela educação municipal como agora; os professores precisam de paciência para com as suas reivindicações porque a Prefeitura tem feito mais do que poderia fazer; vivemos um momento único de parceria com a Prefeitura; devemos tomar cuidado com as alterações no Estatuto e no Plano de Carreira porque, uma vírgula mudada “impacta” ao já esticado orçamento da Prefeitura, etc.

Conta a favor dessa postura do SINTEGO e da SME, a crise de representatividade por que passam os educadores municipais. A falta de um agente articulador de confiança desanima os veteranos que encontram dificuldades para se organizarem. Além do mais, torna-se difícil para os mais antigos arregimentar o grande número de contratados temporariamente e de concursados que cumprem estágio probatório. Sem dizer que estes procuram evitar a participação em movimentos reivindicatórios devido a relativa instabilidade no emprego e a pouca familiaridade com as lutas históricas dos professores da Rede Municipal.

Embora desarticulados, o ideal seria que os colegas da Rede aproveitassem enquanto os textos de mudança no Estatuto e no Plano de Carreira ainda estão abertos, e se informassem sobre o assunto. Ajudariam muito se conversassem sobre o tema com os colegas de escola e acompanhassem o trabalho do Sindicato, da SME e depois, o da Câmara dos Vereadores. Igualmente importante seria a ajuda de todos na proliferação de contundentes manifestações de apoio à classe nas redes sociais da internet e também na imprensa. Se assim agirem, contribuirão para resguardar a nossa categoria de possíveis retrocessos e prejuízos.

Orley José da Silva,

Mestre em Letras e Linguística (UFG), professor universitário e professor na Escola Municipal Nova Conquista, em Goiânia.